

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

O sistema político brasileiro é resultado de trajetória histórica marcada por rupturas institucionais, reformas constitucionais e adaptações constantes às condições sociais, econômicas e culturais do país.

A **Constituição de 1988**, conhecida como **Constituição Cidadã**, consolidou a estrutura democrática após a ditadura militar, estabelecendo princípios de soberania popular, pluralismo político, independência dos poderes e garantia de direitos fundamentais.

Nesse arcabouço, o sistema político organiza-se formalmente como **república federativa presidencialista**, com eleições periódicas, multipartidarismo e sufrágio universal.

No plano institucional, o Brasil adota a separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Executivo é exercido pelo presidente da República, eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos e possibilidade de reeleição. O Legislativo é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambos representando diferentes dimensões da federação. O Judiciário, com destaque para o Supremo Tribunal Federal, atua como guardião da Constituição, fiscalizando atos dos outros poderes e servindo como instância final de julgamento.

Essa arquitetura garante equilíbrio formal, mas na prática vem produzindo tensões frequentes, especialmente quando disputas políticas se transformam em enfrentamentos institucionais.

O multipartidarismo brasileiro é um elemento distintivo. A legislação permite a criação de legendas com relativa facilidade, o que resultou em elevado número de partidos registrados. Entretanto, a fragmentação excessiva gera dificuldades de governabilidade, pois o Executivo precisa costurar amplas alianças parlamentares para aprovar projetos e manter estabilidade.

Esse cenário fortaleceu a prática do chamado presidencialismo de coalizão, em que o presidente compõe sua base aliada com partidos de diferentes matizes ideológicos, frequentemente distribuindo cargos e emendas como instrumentos de negociação política.

As correntes políticas que se manifestam no Brasil apresentam particularidades.

A **ESQUERDA**, tradicionalmente representada por partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), defende pautas ligadas à justiça social, distribuição de renda, fortalecimento do Estado no provimento de serviços públicos, ampliação de direitos trabalhistas e políticas de inclusão.

Essas agremiações encontram ressonância em movimentos sindicais, estudantis e em setores organizados da sociedade civil. Entretanto, enfrentam críticas quanto à condução econômica, ao pragmatismo em alianças políticas e a escândalos de corrupção que marcaram períodos de governo.

No campo do **CENTRO**, destacam-se partidos como o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que historicamente oscilaram entre pautas social-liberais e compromissos moderados com reformas.

O **centro** busca equilíbrio entre políticas de mercado e proteção social, mas é constantemente acusado de falta de identidade ideológica clara, servindo muitas vezes como espaço de transição ou ponte entre extremos.

O chamado **CENTRÃO**, expressão surgida no período da Constituinte e reatualizada nos últimos anos, não se define por um projeto ideológico coeso, mas sim por práticas pragmáticas de ocupação de espaço político.

Trata-se de agrupamento heterogêneo de partidos médios e pequenos que se aproximam do governo de turno em busca de acesso a cargos, verbas orçamentárias e influência nas pautas do Congresso. Seu peso político é determinante, pois frequentemente atua como fiel da balança na aprovação de reformas estruturais ou no bloqueio de medidas impopulares.

A **DIREITA** tradicional, representada por legendas como o DEM (atual União Brasil) e setores do PSDB e do PP, concentra-se em pautas econômicas liberais, redução do papel do Estado na economia, incentivo à iniciativa privada e políticas de segurança pública mais rígidas.

Nos últimos anos, ganhou espaço o discurso de **DIREITA RADICAL**, que ultrapassa os limites do conservadorismo tradicional e adota narrativas nacionalistas, religiosas e antissistêmicas.

Esse segmento, catalisado por lideranças como Jair Bolsonaro e apoiado por grupos digitais e movimentos de rua, questiona instituições, ataca adversários políticos e mobiliza massas com linguagem de confronto direto.

Esses grupos convivem em constante tensão.

A **esquerda** e a **direita radical** frequentemente se enfrentam em disputas de rua e narrativas de redes sociais, onde a polarização é intensa.

O **centro** e o **centrão**, por sua vez, ocupam espaço estratégico de negociação, ora inclinam-se para um lado, ora para o outro, de acordo com interesses momentâneos. Essa dinâmica cria ambiente político de instabilidade crônica, em que consensos duradouros são raros e crises institucionais se tornam recorrentes.

Os efeitos desse sistema se refletem na governabilidade. Presidentes eleitos enfrentam a necessidade de construir maiorias frágeis, sujeitas a pressões constantes de parlamentares e partidos. Isso pode levar tanto à paralisia decisória quanto à adoção de práticas de cooptação política, frequentemente associadas a denúncias de corrupção. Ao mesmo tempo, a sociedade, cada vez mais informada e polarizada, pressiona por mudanças, mas se vê dividida entre projetos de país muitas vezes incompatíveis.

Na atualidade, a realidade política brasileira demonstra continuidade desses desafios. A **esquerda** busca consolidar novamente seu espaço de governo, enfrentando resistência de setores conservadores e empresariais. A **direita** radical mantém forte influência nas redes sociais, mesmo após derrotas eleitorais, e continua a tensionar o sistema institucional. O **centrão** preserva sua posição de poder, garantindo sobrevivência de governos ao custo de negociações intensas.

O Judiciário, ao ser formalmente provocado, e intervir em pautas políticas sensíveis, se tornou alvo de ataques e desconfiança, embora continue sendo peça essencial na manutenção do regime democrático.

Como exemplo recente, pode-se citar a atuação do Congresso em reformas econômicas e sociais, que só avançaram mediante complexas negociações entre **Executivo** e **centrão**. Ao mesmo tempo, manifestações de grupos radicais continuam a desafiar a ordem institucional, testando os limites da democracia brasileira.

Em síntese, o sistema político brasileiro é plural, dinâmico e resiliente, mas enfrenta desafios estruturais de fragmentação partidária, polarização ideológica e desconfiança institucional.

A convivência entre **esquerda**, **centro**, **centrão**, **direita** e **direita radical** gera tanto mecanismos de equilíbrio quanto enfrentamentos constantes, que moldam o presente e indicam incertezas para o futuro.

A análise realista aponta que a democracia brasileira permanece em funcionamento, mas sob forte pressão, exigindo vigilância constante da sociedade e responsabilidade dos atores políticos para que continue a se consolidar.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO

A redemocratização do Brasil, iniciada com a abertura política ainda nos anos finais da ditadura militar, consolidada com a Constituição de 1988, trouxe consigo um novo arranjo político marcado pelo pluralismo partidário e pela disputa entre projetos de país.

A seguir é possível compreender como os principais grupos políticos – **esquerda, centro, centrão, direita e direita radical** – foram se configurando ao longo desse período até a atualidade.

Nos anos 1980, a esquerda ganhou força com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e a reestruturação de partidos tradicionais como o PCB e o PCdoB.

O **PT** surgiu como movimento ligado ao sindicalismo, às comunidades eclesiais de base e a intelectuais progressistas, defendendo uma pauta de transformação social e crítica ao sistema capitalista. O partido cresceu rapidamente e se consolidou como principal força de oposição ao governo durante os anos da redemocratização. Ao mesmo tempo, movimentos estudantis e sociais ligados a direitos humanos reforçaram esse campo, que, mesmo minoritário no início, tinha forte mobilização popular.

O **centro**, por sua vez, teve como protagonista o **MDB**, que fora o partido de oposição consentida durante o regime militar. Transformado em **PMDB** após 1980, tornou-se um ator decisivo na transição democrática e na Constituinte de 1987-1988. Ao lado do PMDB, o **PSDB** nasceu em 1988 de dissidência do próprio PMDB, reunindo intelectuais e políticos de perfil social-democrata, como Mário Covas, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Esse novo partido se apresentou como alternativa moderna e reformista, buscando equilibrar políticas de mercado com preocupações sociais.

O **centrão** surgiu já na Assembleia Constituinte de 1987, como bloco formado por partidos conservadores e moderados que buscavam frear pautas progressistas defendidas pela esquerda. Desde então, o termo passou a ser utilizado para designar agrupamentos parlamentares de natureza pragmática, mais interessados em influência e recursos do que em projetos ideológicos claros. O **centrão** se mostrou adaptável, aliando-se a diferentes governos, do PSDB ao PT, e mais recentemente ao campo da direita.

A **direita** tradicional, que havia perdido parte de sua força com o fim da ditadura, se reorganizou em partidos como o **PFL** (Partido da Frente Liberal), herdeiro de setores ligados ao regime militar, e que mais tarde se transformou em **DEM** e depois em **União Brasil**. Esse campo manteve presença significativa no Congresso, mas sua influência direta sobre a presidência foi reduzida nos primeiros anos da redemocratização. Ainda assim, foi fundamental na sustentação de governos mais inclinados ao liberalismo econômico.

Nos anos 1990, com o impeachment de Fernando Collor em 1992, o Brasil viveu uma reconfiguração política. Collor, eleito em 1989 como outsider apoiado por um partido pequeno (**PRN**), representava uma tentativa de romper com o sistema tradicional, mas sua queda reforçou a centralidade do PMDB e do PSDB no processo de governabilidade.

Em 1994 e 1998, o **PSDB** chegou ao poder com Fernando Henrique Cardoso, sustentado por uma aliança com o PFL, consolidando um projeto de estabilização econômica baseado no Plano Real, privatizações e abertura ao mercado internacional. Nesse período, o centrão se manteve como base indispensável de apoio parlamentar.

A ascensão da esquerda ocorreu em 2002, com a eleição de **Lula** - Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Foi a primeira vez que um partido de origem sindical e popular chegou ao poder, representando uma virada histórica.

O governo **Lula** buscou conciliar políticas sociais de grande impacto – como o Bolsa Família – com gestão macroeconômica responsável, o que garantiu estabilidade e crescimento. Contudo, o presidencialismo de coalizão exigiu alianças amplas, incluindo partidos do **centrão**, o que abriu espaço para críticas sobre contradições do projeto petista.

Escândalos como o “mensalão” e a “Lava Jato” abalaram a imagem da esquerda, embora não tenham impedido a reeleição de Lula em 2006 e a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010.

Na década de 2010, o sistema político entrou em nova fase de turbulência. Dilma enfrentou forte resistência do Congresso, crises econômicas e protestos de rua em 2013.

O impeachment em 2016, conduzido com apoio do **centrão** e da **direita** tradicional, marcou o fim do ciclo petista no poder. Michel Temer, do PMDB, assumiu a presidência e governou apoiado em uma base formada pelo **centrão** e partidos liberais, promovendo reformas econômicas, mas sem grande respaldo popular.

Foi nesse contexto que a **direita radical** ganhou espaço.

A crise de confiança nos partidos tradicionais, somada à rejeição ao PT e à indignação com a corrupção revelada pela Lava Jato, criou terreno fértil para o crescimento de discursos antissistêmicos.

Jair Bolsonaro, deputado federal desde 1991 e figura de perfil radical, capitalizou esse descontentamento e venceu as eleições de 2018. Seu governo foi marcado pela retórica nacionalista, conservadora nos costumes, liberal na economia (sob influência de Paulo Guedes) e confrontacionista em relação às instituições.

O bolsonarismo consolidou-se como movimento político próprio, com grande presença nas redes sociais e base popular fiel, ainda que polarizante e contestado por opositores.

Na atualidade, o sistema político se mantém em estado de polarização intensa.

A **esquerda**, liderada pelo PT, voltou ao poder com Lula em 2023, prometendo reconstrução econômica e política após o governo Bolsonaro, mas enfrenta desafios de articulação no Congresso e resistência de setores conservadores.

O **centrão** segue como peça-chave da governabilidade, oferecendo apoio em troca de espaço político e orçamentário.

O **centro** tradicional, representado por **PSDB** e **MDB**, perdeu protagonismo, enfraquecido por crises internas e pela ascensão de novos atores. Já a **direita** radical, mesmo fora do poder, continua ativa nas ruas e nas redes, questionando instituições e mantendo influência sobre parcela significativa da sociedade.

Essa retrospectiva revela que o sistema político brasileiro, embora plural e dinâmico, vive em permanente tensão entre estabilidade e crise.

A fragmentação partidária, a dependência de coalizões e a polarização ideológica moldaram democracia resistente, mas vulnerável a choques.

A convivência entre **esquerda**, **centro**, **centrão**, **direita** e **direita radical** explica tanto os avanços quanto os impasses do país nos últimos 40 anos, e continua sendo o eixo central para compreender a realidade política brasileira.

SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

MOVIMENTOS SOCIAIS, MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA

Além da dinâmica institucional e partidária, o sistema político brasileiro foi fortemente moldado pela ação de movimentos sociais, pela influência da mídia e pelo papel crescente da opinião pública. Esses fatores, muitas vezes externos às estruturas formais do poder, atuaram como forças determinantes na configuração e no fortalecimento dos blocos políticos desde a redemocratização até hoje.

Nos anos 1980, os movimentos sociais tiveram papel decisivo na abertura política. O movimento sindical, especialmente o ligado ao ABC paulista, foi a base para a criação do Partido dos Trabalhadores e serviu como instrumento de pressão pela democratização.

Paralelamente, as Diretas Já, uma mobilização popular que reuniu milhões de brasileiros nas ruas, forçaram o Congresso a avançar no processo de redemocratização, ainda que a emenda das eleições diretas não tenha sido aprovada.

Também se destacaram os movimentos estudantis, que atuaram na Constituinte e ajudaram a pautar a defesa da educação pública e dos direitos sociais. Esses grupos fortaleceram o campo da esquerda, criando raízes sociais que lhe dariam sustentação nos anos seguintes.

A mídia, nesse período, também teve papel relevante. Grandes veículos como Rede Globo, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e outros moldaram a narrativa da redemocratização, ora atuando em sintonia com a pressão popular, ora mantendo prudência diante do regime ainda em transição.

Na Constituinte, o acompanhamento jornalístico ajudou a popularizar temas como saúde, educação e direitos trabalhistas, pressionando parlamentares a incorporar essas pautas.

Nos anos 1990, com a eleição de Fernando Collor, a mídia demonstrou poder de impulsionar figuras políticas. Collor, pouco conhecido nacionalmente, foi projetado pela televisão como um “caçador de marajás”, construindo imagem de modernidade. Sua queda, em 1992, só foi possível pela junção da pressão popular, com os protestos dos “caras-pintadas” organizados pelo movimento estudantil, e da cobertura intensa da mídia, que expôs denúncias de corrupção.

Esse episódio consolidou a percepção de que opinião pública e imprensa podiam atuar como freios diante de abusos no poder.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, os movimentos sociais continuaram ativos, mas perderam espaço na cena pública, em parte pela estabilidade econômica e pela ausência de grandes mobilizações de rua.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entretanto, tornou-se símbolo de resistência da esquerda, pressionando por reforma agrária e políticas de inclusão. A mídia, nesse período, manteve relação relativamente estável com o governo, ajudando a consolidar o discurso da estabilidade do Plano Real.

A virada do milênio, com a eleição de Lula em 2002, trouxe de volta o protagonismo da esquerda e de movimentos sociais, como centrais sindicais (CUT), associações estudantis (UNE) e grupos ligados a direitos humanos.

Esses movimentos encontraram espaço nos governos petistas, participando de conselhos e conferências nacionais. Contudo, a convivência entre governabilidade e mobilização foi desafiadora: enquanto o PT buscava ampliar sua base parlamentar com o centrão, movimentos sociais exigiam aprofundamento de reformas estruturais, gerando tensões.

A mídia, por sua vez, exerceu forte papel crítico durante os governos petistas, especialmente com a exposição do escândalo do mensalão em 2005 e, mais tarde, da Operação Lava Jato. A cobertura intensiva desses episódios desgastou a imagem da esquerda no poder, influenciando a opinião pública e ampliando a polarização.

A partir de 2013, as manifestações de rua mudaram o cenário político. Os protestos começaram com reivindicações contra o aumento das tarifas de transporte, mas rapidamente se expandiram para pautas mais amplas, como combate à corrupção e insatisfação com a classe política.

Diferentes grupos se apropriaram do movimento: setores progressistas demandavam serviços públicos de qualidade, enquanto setores conservadores e liberais passaram a reivindicar redução do Estado e combate ao PT. Essa pluralidade marcou o início de uma nova fase de mobilizações, que alimentaria tanto a crise do governo Dilma quanto a ascensão da direita radical.

A mídia e as redes sociais foram decisivas nesse período. As transmissões em tempo real, a cobertura massiva e a viralização de imagens potencializaram o alcance das manifestações. Pela primeira vez, a opinião pública passou a ser moldada também de forma descentralizada, com o protagonismo de páginas, influenciadores e canais digitais que disputavam narrativas com a imprensa tradicional. Esse fenômeno ampliou o espaço da direita radical, que soube mobilizar indignação e criar identidade própria em torno do antipetismo e do discurso contra a corrupção.

Com a Operação Lava Jato, movimentos como Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL) emergiram, organizando grandes manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff. Esses grupos, que inicialmente se apresentavam como apartidários, acabaram se vinculando a setores liberais e conservadores, dando base popular e legitimidade ao avanço da direita e, posteriormente, ao bolsonarismo.

No governo Bolsonaro, a relação entre mídia e opinião pública se transformou em conflito direto. Enquanto parte da grande imprensa criticava a condução do governo, as redes sociais se tornaram o principal canal de mobilização da base bolsonarista.

Movimentos digitais, influenciadores e grupos organizados em aplicativos de mensagens formaram uma rede paralela de informação e mobilização, contestando veículos tradicionais e fortalecendo a narrativa antissistêmica da direita radical.

Na atualidade, a configuração desses fatores segue determinante.

A **esquerda** tenta reconstruir seu vínculo com movimentos sociais, ampliando o diálogo com sindicatos, ONGs e coletivos de juventude. O **centrão** mantém poder no Congresso, mas pouco depende de mobilização social, apoiando-se mais em negociações de bastidores.

A mídia tradicional busca recuperar influência, mas enfrenta a concorrência de redes sociais e plataformas digitais, que fragmentaram a opinião pública e tornaram a comunicação política mais imprevisível.

Esse percurso mostra que o sistema político brasileiro não pode ser compreendido apenas pela lógica partidária e institucional.

Movimentos sociais, mídia e opinião pública desempenharam papel central em momentos decisivos: Diretas Já, impeachment de Collor, ascensão e queda de

governos petistas, impeachment de Dilma, emergência da Lava Jato, consolidação do bolsonarismo e a atual reconstrução democrática. Cada um desses episódios exemplifica como a pressão popular e as narrativas midiáticas ajudaram a moldar os blocos políticos e a orientar os rumos do país.

SÍNTESE AVALIATIVA

FORÇAS E FRAGILIDADES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O sistema político brasileiro, tal como se configurou desde a redemocratização, revela democracia resiliente, mas também vulnerável.

Sua principal força está na capacidade de absorver crises sem romper com o regime constitucional. Impeachments, escândalos de corrupção, polarizações intensas e até tentativas de deslegitimação institucional foram enfrentados dentro da moldura democrática, com eleições regulares, alternância de poder e manutenção das garantias fundamentais.

A pluralidade partidária, ainda que fragmentada, assegura representação de múltiplos interesses e ideologias, refletindo a diversidade social e regional do país.

Outra força notável reside na vitalidade dos movimentos sociais e da sociedade civil, que desde os anos 1980 atuam como guardiões da cidadania, impulsionando avanços em direitos sociais, ambientais e trabalhistas.

A opinião pública, mesmo volátil e por vezes manipulada, funciona como contrapeso, exigindo “accountability” dos governantes e contribuindo para a renovação política.

A mídia, tradicional e digital, apesar de disputas e tensões, continua exercendo papel central de fiscalização e de formação de narrativas que pressionam atores políticos a responder às demandas coletivas.

As fragilidades, entretanto, são profundas. A fragmentação partidária, somada ao presidencialismo de coalizão, gera instabilidade crônica e governabilidade dependente de negociações muitas vezes clientelistas, que reforçam práticas patrimonialistas.

O **centrão**, exemplo maior desse pragmatismo, tornou-se elemento indispensável para sustentar governos, mas à custa de compromissos programáticos frágeis e de barganhas pouco transparentes.

A polarização ideológica, por sua vez, transformou debates legítimos em trincheiras, onde **esquerda** e **direita radical** frequentemente se anulam em confrontos retóricos, em vez de buscar consensos mínimos para o desenvolvimento nacional.

Outra vulnerabilidade crescente é a crise de confiança nas instituições. O fortalecimento de discursos antissistêmicos, a disseminação de desinformação em redes sociais e os ataques ao Judiciário e à imprensa corroem a legitimidade democrática.

Esse ambiente alimenta tensões entre os poderes e ameaça a estabilidade das regras do jogo político. Além disso, a influência desigual da mídia e da opinião pública pode tanto fortalecer causas legítimas quanto potencializar histerias coletivas, distorcendo o debate público.

Em conclusão, a democracia brasileira é marcada por dialética permanente entre forças de consolidação e fragilidades estruturais. Sua força maior está na resiliência popular e institucional, que mesmo sob ataques conseguiu preservar eleições livres e a soberania da Constituição.

Sua fragilidade mais grave está na incapacidade de construir consensos duradouros, mantendo-se refém de polarizações, alianças voláteis e disputas narrativas que dificultam a formulação de projetos nacionais consistentes.

O futuro do sistema político brasileiro dependerá, portanto, da capacidade dos partidos de se reinventarem, dos movimentos sociais de se manterem ativos sem se tornarem reféns de governos, da mídia de se adaptar com responsabilidade à era digital e da sociedade de reconhecer que divergências são inerentes à democracia, mas não podem ser transformadas em guerras de destruição institucional. Nesse equilíbrio instável, encontra-se tanto o risco de retrocesso quanto a possibilidade de amadurecimento democrático.

Fontes; pesquisas virtuais.

Paulo Dirceu Dias

paulodias@pdias.com.br

Sorocaba – SP

08/09/2025